



## Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa é uma Misericórdia, foi constituída em 26 de Abril de 1926 e tem a sua sede na Rua António José de Freitas Guimarães, n.º 1, Pardelhas, 3870 – 208 Murtosa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Irmãos*, nos termos dos Estatutos em vigor na Instituição.

É da opinião da *Mesa Administrativa* que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

### 2. REFERÊNCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF – ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas.

Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

A Santa Casa da Misericórdia da Murtosa dispunha de contabilidade organizada no âmbito do Decreto-lei n.º 78/89, de 03 de Março e a partir de 01 de Janeiro de 2012 adaptou pela primeira vez as NCRF – ESNL.

A transição foi feita com recurso à evidência física e documental existente na Instituição.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

### 3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as ESNL.

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### **(a) Rédito**

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

O rédito reconhecido está isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

#### **(b) Locações**

A Entidade, no período de relato em causa, não teve contratos de locação financeira e/ou operacional.

#### **(c) Operações em moeda diferente da moeda de relato (Euro)**

O Euro é a moeda funcional e de relato. A Entidade, no período de relato em causa, apenas efetuou operações ocorridas em Euros.

#### **(d) Custos de empréstimos obtidos**

A Entidade, no período de relato em causa, não teve empréstimos.

#### **(e) Subsídios públicos**

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

A Entidade, no período de relato em causa, beneficiou de subsídios estatais (IEFP, IP) para um estágio profissional, o qual foi reconhecido, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiado. Também recebeu subsídios do Município para a comemoração do Natal e do IAPMEI para fazer face ao aumento do salário mínimo nacional.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos diferidos.

#### **(f) Benefícios dos empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.



A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

#### **(g) Impostos sobre o rendimento**

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2019 a 2022 poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a mesa administrativa da Santa Casa acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

#### **(h) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade a registar.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

#### **(i) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis**

Para os terrenos e edifícios integrantes dos ativos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade. Para a generalidade dos demais ativos da empresa também não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

**(j) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

**(k) Caixa e seus equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

**(l) Inventários**

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (*First in, First Out*) como método de custeio.

**(m) Créditos a receber e outros ativos correntes**

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de créditos a receber e outros activos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

**(n) Financiamentos obtidos**

A Entidade, no período de relato em causa, não teve financiamentos.

**(o) Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

**(p) Investimentos financeiros ativos**

Os investimentos financeiros de participações de capital noutras empresas (Empresa de Pesca de Viana, Soc. Portuguesa Empreendimentos, SPE – N, TVI – Tel. Independente – D. Red./E.99-ORD, Lisgarante, SA) expressos em ações, estão mensurados ao custo de aquisição.





O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

### 3.2. Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Mesa Administrativa situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

### 3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.

## 4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Prestação de serviços	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Mensalidades	972.453,67	880.596,83
Quotização	1.118,00	1.150,00
	<u>973.571,67</u>	<u>881.746,83</u>

### 4.1 QUADRO RESUMO DAS MENSALIDADES POR RESPOSTA SOCIAL

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
ERPI	635.249,42	597.354,34
Creche	65.491,01	70.242,68
Pré-Escolar	95.786,66	74.630,51
CATL	47.946,12	42.449,42
Centro de Dia	31.702,58	21.074,07
Serviço de Apoio Domiciliário	70.041,97	49.268,01
Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	15.104,55	16.518,80
Residência Autónoma (Patronato S. José)	11.131,36	9.059,00
	<u>972.453,67</u>	<u>880.596,83</u>



## 5. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

## Quadro Resumo dos Subsídios, Doações e Legados à Exploração

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
<b>ISS, IP – Centro Distrital</b>	<b>1.351.065,05</b>	<b>1.207.242,51</b>
<i>Acordos de Cooperação</i>	1.260.765,35	1.133.741,85
<i>Vagas Cativas</i>	15.875,43	18.577,87
<i>Complemento para Idosos</i>	9.964,64	1.290,30
<i>Comparticipações Familiares Creche</i>	30.907,56	13.894,96
<i>Compensação Salarial - Educadoras</i>	32.764,97	30.679,89
<i>Crianças deslocadas - Ucrânia</i>	208,48	0,00
<i>Adaptar Social</i>	0,00	2.660,00
<i>Apoio Excecional à Família COVID 19</i>	578,62	6.397,64
<b>Outros</b>	<b>107.649,12</b>	<b>107.203,04</b>
<i>CLDS 4G – Murtosa em Rede</i>	84.248,46	86.457,00
<i>Município da Murtosa</i>	1.800,00	800,00
<i>IAPMEI</i>	10.304,00	6.717,75
<i>IEFP (Estágios profissionais)</i>	6.017,60	13.228,29
<i>Legados</i>	5.279,06	0,00
	<b>1.458.714,17</b>	<b>1.314.445,55</b>

## Quadro de repartição do Subsídio à Exploração atribuído pelo ISS, IP – Centro Distrital:

ISS, IP – Centro Distrital	31-Dez-2022	31-Dez-2021
<b>1 - Lar de Idosos</b>	<b>487.847,33</b>	<b>437.457,75</b>
1.1 – Acordo de Cooperação	462.007,26	414.929,58
1.2 – Vagas Cativas	15.875,43	18.577,87
1.3 – Complemento Idosos	9.964,64	1.290,30
1.4 – Adaptar Social	0,00	2.660,00
<b>2 - Creche</b>	<b>287.928,14</b>	<b>254.792,30</b>
2.1 – Acordo de Cooperação	256.500,71	236.789,82
2.2 – Participações Familiares Creche	30.907,56	13.894,96
2.3 – Apoio Excecional à Família COVID 19	519,87	4.107,52
<b>3 – Pré-Escolar</b>	<b>158.930,57</b>	<b>158.328,09</b>
3.1 – Acordo de Cooperação (Atividades de Apoio Social)	45.583,20	45.583,20
3.2 – Acordo de Cooperação (Atividades Educativas)	80.582,40	80.582,40
3.3 – Compensação Salarial Educadoras	32.764,97	30.679,89
<b>4 – CAFAP (Acordo de Cooperação)</b>	<b>58.961,41</b>	<b>55.740,96</b>
<b>5 – CATL</b>	<b>19.424,46</b>	<b>18.919,12</b>
5.1 – Acordo de Cooperação	19.157,23	18.111,60
5.2 – Apoio Excecional à Família COVID 19	58,75	807,52
5.3 – Crianças deslocadas – Ucrânia	208,48	0,00
<b>6 – Residência Autónoma (Qta. Pinheira) – Acordo de Cooperação</b>	<b>76.996,32</b>	<b>71.262,35</b>
<b>7 – Centro de Dia (Acordo de Cooperação)</b>	<b>19.564,39</b>	<b>17.741,12</b>
<b>8 – Residência Autónoma (Patronato) – Acordo de Cooperação</b>	<b>76.996,32</b>	<b>71.262,35</b>
<b>9 – Serviço de Apoio Domiciliário – Acordo de Cooperação</b>	<b>164.416,11</b>	<b>121.738,47</b>
	<b>1.351.065,05</b>	<b>1.207.242,51</b>

**6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

	31-Dez-2022			31-Dez-2021		
	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	11.244,52	11.244,52	0,00	7.672,82	7.672,82
Compras	0,00	211.805,90	211.805,90	0,00	183.481,99	183.481,99
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(53.383,26)	(53.383,26)	0,00	(53.248,03)	(53.248,03)
Inventários finais	0,00	12.931,72	12.931,72	0,00	11.244,52	11.244,52
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>0,00</b>	<b>156.735,44</b>	<b>156.735,44</b>	<b>0,00</b>	<b>126.662,26</b>	<b>126.662,26</b>

**7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)**

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Trabalhos especializados	49.920,52	48.528,21
Publicidade e Propaganda	0,00	73,80
Vigilância e segurança	800,65	887,82
Honorários	43.331,89	41.483,05
Comissões	2.544,04	2.614,16
Conservação e reparação	24.291,36	27.999,71
Serviços bancários	89,22	91,03
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.645,22	4.845,88
Livros e documentação técnica	197,44	10,00
Material de escritório	4.297,07	4.914,29
Artigo para oferta	2.626,34	1.616,72
Material didático	6.067,41	3.026,97
Jornais e revistas	900,00	857,90
Outros materiais	296,08	240,46
Electricidade	55.380,12	47.556,77
Combustíveis	15.119,88	9.584,46
Água	18.269,75	17.908,15
Outros fluídos	109.395,46	25.704,81
Deslocações e estadas	3.192,05	17,00
Despesas c/ visitas de estudo	944,45	411,90
Rendas e alugueres	5.108,69	121,77
Comunicação	6.668,96	6.656,13
Seguros	9.290,78	8.905,05
Contencioso e notariado	987,50	478,24
Limpeza, higiene e conforto	41.673,85	48.342,14
Outros serviços	6.685,07	4.073,56
	<b>411.723,80</b>	<b>306.949,98</b>

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 34 % face a 2021. Este aumento deve-se maioritariamente à subida generalizada dos preços e refletiu-se em praticamente todas as rubricas.

A Instituição tem dois contratos de aluguer (Multifunções - € 40,59/Trimestre e Painéis Fotovoltaicos - € 1.008,60/Mês). Assim a rubrica de Rendas e alugueres aumentou face a 2021 e irá aumentar em 2023, face a 2022.

A rubrica de outros fluídos (Gás natural) destaca-se face às demais, pois o seu aumento foi de 325% face a 2021. O preço de energia (PE) aumentou nos últimos anos. O contrato assinado em novembro de 2020 para vigorar em 2021 continha um PE de € 0,01838. Em dezembro de 2021 foi assinado novo contrato para vigorar em 2022 com um valor de PE de € 0,10727 e em dezembro de 2022 foi assinado novo contrato para





vigorar em 2023 com o valor do PE de € 1,8846. O valor total depende da quantidade consumida a multiplicar pelo PE.

## 8. GASTOS COM O PESSOAL

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Remunerações do pessoal	1.498.812,04	1.428.086,90
Encargos sobre remunerações	315.750,42	297.248,71
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	18.674,57	14.258,64
Outros gastos com pessoal	26.704,38	19.761,59
	<b>1.859.941,41</b>	<b>1.759.355,84</b>

O aumento nos gastos com o pessoal decorreu do aumento do salário mínimo nacional, que passou de € 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco euros) para € 705,00 (setecentos e cinco euros) mensais, bem como das promoções e progressões dos funcionários que atingiram tempo de serviço, que por lei lhes dá o direito ao aumento salarial.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, estágio profissional (jurista), medicina no trabalho, vestuário e calçado, formação para as funcionárias e oferta de Natal.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 dezembro 2022 foi:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Número médio de empregados	135	129
Número de empregados no fim do período	137	130

## 9. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Perdas por imparidade em dívidas a receber	0,00	(6.150,00)
Reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber	1.800,00	2.994,47
	<b>1.800,00</b>	<b>(3.155,53)</b>

## 10. OUTROS RENDIMENTOS

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros <sup>a)</sup>	76.604,12	45.046,73
Imputação do subsídio para o investimento	28.058,05	32.177,29
Correções Relativas a Períodos Anteriores <sup>b)</sup>	2.212,44	10.613,33
Donativos	14.582,41	38.198,16
Diversos	6.170,04	8.194,76
	<b>127.627,06</b>	<b>134.230,27</b>





- a) Em finais de 2022 a Misericórdia alienou alguns imóveis rústicos e urbanos ao Município da Murtosa o que levou ao aumento do rendimento face a 2021.
- b) A Misericórdia recebeu em 2021 a compensação salarial das educadoras de infância relativamente ao ano letivo 2019/2020.

## 11. OUTROS GASTOS

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Quotizações (UMP, ALP e RenCAFAP) <sup>(1)</sup>	756,00	36,00
Correções Desfavoráveis de Exercícios Anteriores	8.390,59	1.434,62
Outros	328,99	15.130,34
	<b>9.475,58</b>	<b>16.600,96</b>

- <sup>(1)</sup> UMP – União Misericórdias Portuguesas, ALP – Associação Lisbonense Proprietários e RenCAFAP – Rede Nacional de CAFAP's. Em 2021 apenas se pagaram as quotas da ALP.

## 12. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Juros obtidos	703,73	450,16
Outros	82,08	82,08
	<b>785,81</b>	<b>532,24</b>

## 13. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

### 2022

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos Fijos Tangíveis	
Quantia escriturada inicial	114.320,41	2.740.521,79	357.587,03	325.074,38	423.587,95	62.592,49	4.023.684,05
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(1.686.219,30)	(283.070,55)	(295.449,70)	(393.204,73)	(59.301,54)	(2.717.245,82)
Quantia escriturada líquida inicial	114.320,41	1.054.302,49	74.516,48	29.624,68	30.383,22	3.290,95	1.306.438,23
Adições							
Outras	2.240,56	15.412,95	4.837,67	0,00	13.479,83	0,00	35.971,01
Total das adições	2.240,56	15.412,95	4.837,67	0,00	13.479,83	0,00	35.971,01
Diminuições							
Depreciações		(73.475,85)	(12.842,63)	(22.445,08)	(12.246,14)	(1.273,12)	(122.282,82)
Perdas Imparidades							
Alienações	(15.882,76)	(27.832,50)			(6.000,00)		(49.715,26)
Abates			(2.765,64)				(2.765,64)
Sinistros							
Regularização							
Total das diminuições	(15.882,76)	(101.308,35)	(15.608,27)	(22.445,08)	(18.246,14)	(1.273,12)	(174.763,72)
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	100.678,21	968.407,09	63.745,88	7.179,60	25.616,91	2.017,83	1.167.645,52
Quantia escriturada líquida final Inv. Curso		266.072,03					266.072,03
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	100.678,21	1.234.479,12	63.745,88	7.179,60	25.616,91	2.017,83	1.433.717,55



**2021**

	Terrenos	Edifícios	Equipamento			Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
			Básico	Transporte	Administrativo		
Quantia escriturada inicial	114.320,41	2.654.722,33	292.867,92	325.074,38	408.711,66	62.592,49	3.858.289,19
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(1.615.694,54)	(273.674,26)	(268.196,51)	(381.969,50)	(57.458,96)	(2.596.993,77)
Quantia escriturada líquida inicial	114.320,41	1.039.027,79	19.193,66	56.877,87	26.742,16	5.133,53	1.261.295,42
Adições							
Outras	0,00	85.799,46	64.719,11	0,00	14.876,29	0,00	165.394,86
Total das adições	0,00	85.799,46	64.719,11	0,00	14.876,29	0,00	165.394,86
Diminuições							
Depreciações		(70.524,76)	(9.396,29)	(27.253,19)	(11.235,23)	(1.842,58)	(120.252,05)
Perdas Imparidades							
Alienações							
Abates							
Sinistros							
Regularização							
Total das diminuições	(0,00)	(70.524,76)	(9.396,29)	(27.253,19)	(11.235,23)	(1.842,58)	(120.252,05)
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	114.320,41	1.054.302,49	74.516,48	29.624,68	30.383,22	3.290,95	1.306.438,23
Quantia escriturada líquida final Inv. Curso		186.145,55					186.145,55
Quantia escriturada líquida final A. F. Tangíveis	114.320,41	1.240.448,04	74.516,48	29.624,68	30.383,22	3.290,95	1.492.583,78

#### 14. INVESTIMENTO EM CURSO

**2022**

	Investimentos Financeiros em Curso	Propriedades de Investimento em Curso	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta do Património Histórico, Artístico e cultural	Total
Quantia escriturada líquida inicial			186.145,55			186.145,55
Adições						
Outras			94.843,62			94.843,62
Total das adições			94.843,62			94.843,62
Diminuições						
Perdas por imparidade						
Transferências			(11.516,39)			(11.516,39)
Outras			(3.400,75)			(3.400,75)
Total das diminuições			(14.917,14)			(14.917,14)
Quantia escriturada líquida final			266.072,03			266.072,03

O investimento em curso diz respeito às obras de licenciamento da ERPI e prevê-se a sua conclusão durante o ano 2023, uma vez que apenas falta a substituição das caixilharias; também está em curso a construção de um jardim terapêutico, que se prevê a sua conclusão no final do ano 2023.

Em curso também constam as obras no "logradouro do hospital", o "PARES 3.0 – Nova Unidade ERPI". Esta obra é a preparação para a conversão do edifício do hospital numa nova unidade ERPI. A Instituição irá submeter nova candidatura ao programa de recuperação e resiliência para obter financiamento para levar por diante esta obra. Os valores dizem respeito a projetos de arquitetura necessários para a Instituição se poder candidatar.





## 15. ACTIVO FIXO INTANGÍVEL

**2022**

	Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
		Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada inicial				18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais				(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial				0,00			0,00
Adições							
Outras							
Total das adições							
Diminuições							
Depreciações							
Perdas por imparidade							
Alienações							
Abates							
Total das diminuições							
Quantia escriturada líquida final				0,00			0,00

**2021**

	Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
		Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada inicial				18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais				(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial				0,00			0,00
Adições							
Outras							
Total das adições							
Diminuições							
Depreciações							
Perdas por imparidade							
Alienações							
Abates							
Total das diminuições							
Quantia escriturada líquida final				0,00			0,00

## 16. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

**2022**

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente controladas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investimentos Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	13.132,90	14.379,89
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	13.132,90	14.379,89
Adições						
Outras					4.619,62	4.619,62
Total das adições					4.619,62	4.619,62
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(1.998,34)	(1.998,34)
Total das diminuições					(1.998,34)	(1.998,34)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	15.754,18	17.001,17

**2021**

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente controladas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investimentos Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	10.579,24	11.826,23
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	10.579,24	11.826,23
Adições						
Outras					3.714,34	3.714,34
Total das adições					3.714,34	3.714,34
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(1.160,68)	(1.160,68)
Total das diminuições					(1.160,68)	(1.160,68)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	13.132,90	14.379,89

## 17. INVENTÁRIOS

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Matérias-primas – Géneros Alimentares	7.153,27	6.039,53
Materiais Diversos – Medicamentos e artigos de saúde	515,87	438,16
Materiais Diversos – Consumo hoteleiro	201,34	731,87
Rouparia	5.061,24	4.034,96
	<b>12.931,72</b>	<b>11.244,52</b>



## 18. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de créditos a receber apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Clientes c/c	2.469,28	1.716,54
Utentes c/c	23.912,54	18.499,50
Utentes de cobrança duvidosa	60.341,10	62.141,10
Perdas de imparidade	(60.341,10)	(62.141,10)
	<b>26.381,82</b>	<b>20.216,04</b>

## 19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Imposto sobre o Valor acrescentado (Ativos Fixos Tangíveis)	1.031,73	410,68
Imposto sobre o Valor acrescentado (Géneros Alimentares)	1.672,29	1.293,68
	<b>2.704,02</b>	<b>1.704,36</b>

Corresponde ao IVA a recuperar referente a obras e produtos alimentares.

Não existem dívidas em mora ao estado.

## 20. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica diferimentos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Gastos a reconhecer (Seguros)	6.845,49	4.757,47
Gastos a reconhecer (S.Deteção Segurança e Rentokil, Ankira, Team Viewer, Painéis Fotovoltaicos e Multifunções)	5.377,55	4.036,06
	<b>12.223,04</b>	<b>8.793,53</b>

## 21. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Devedores por acréscimo de rendimentos	62.170,81	52.929,54
Outros devedores	345.775,74	440.136,21
	<b>407.946,55</b>	<b>493.065,75</b>

Os outros devedores correspondem, essencialmente, a despesas ainda não efetivadas relativas ao projeto CLDS 4G que estão também refletidas no Passivo em Diferimentos, e ao projeto "ERPI Murtosa – 05 – 4842 – FEDER – 000147, no âmbito do Portugal 2020. Relativamente ao projeto CLDS 4G não deverão receber o valor do subsídio na sua totalidade porque não irão ter despesas suficientes. Correspondem também ao projeto financiado pelo Fundo Rainha D. Leonor refletido em capitais próprios.

## 22. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Caixa	158,96	39,91
Depósitos Bancários	229.628,03	104.709,42
Outros depósitos bancários	575.000,00	575.000,00
	<b>804.786,99</b>	<b>679.749,33</b>

## 23. FUNDOS PATRIMONIAIS

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Fundos	90 294,04			90 294,04
56	Resultados Transitados	1 178 104,65	-2 021,73		1 176 082,92
59	Ajustamentos/Outras variações nos fundos	661 921,37	38 433,59	23 965,18	676 389,78
81	Resultado líquido	-2 021,73	2 339,66	-2 021,73	2 339,66
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>1 928 298,33</b>	<b>38 751,52</b>	<b>21 943,45</b>	<b>1 945 106,40</b>

Em 31 de Dezembro de 2022, o fundo da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa era de 90.294,04 (noventa mil, duzentos e noventa e quatro euros e quatro centimos).

As outras variações nos fundos patrimoniais são compostas por doações (73.355,48) e por subsídios ao investimento (603.034,30).

O resultado líquido anual será transferido para a conta de resultados transitados.

## 24. PROVISÕES

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Provisões	0,00	4.092,87
	<b>0,00</b>	<b>4.092,87</b>

## 25. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de fornecedores apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Fornecedores c/c	21.124,59	44.906,26
	<b>21.124,59</b>	<b>44.906,26</b>

## 26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	10.292,72	6.496,00
Contribuição para a Segurança Social	38.741,43	35.074,86
Fundo Compensação e Fundo Garantia Compensação do Trabalho	415,61	360,19
	<b>49.449,76</b>	<b>41.931,05</b>



## 27. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Diferimentos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Rendimentos a reconhecer – Acordos de Cooperação – ISS, IP	72.887,66	0,00
Rendimentos a reconhecer – Projetos IEF	775,55	2.485,81
Rendimentos a reconhecer – Projeto CLDS 4G	93.172,27	175.435,22
Rendimentos a reconhecer – ZURICH - Incêndio	32.594,72	38.909,47
Rendimentos a reconhecer – Mensalidades Infância e Rendas	10.985,99	14.034,73
	<u>210.416,19</u>	<u>230.865,23</u>

Os valores registados em Acordos de Cooperação – ISS, IP correspondem, essencialmente, à comparticipação extraordinária e antecipação da atualização de 2023 da segurança social (72.887,66). Os valores registados no projeto CLDS 4G correspondem a despesas ainda não efetivadas (93.172,27) e os valores registados em Zurich – Incêndio dizem respeito à indemnização da Zurich, relativo ao incêndio de 2020 (32.594,72). Estão a diferir este valor porque à medida que registam as despesas é que vão registando a indemnização em rendimentos

## 28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31-Dez-2022	31-Dez-2021
Fornecedores de Investimentos	0,00	4.392,49
Adiantamento de clientes e utentes	216.799,84	217.573,00
Credores por acréscimo de gastos	274.760,48	248.175,88
Diversos	35,60	1.502,09
	<u>491.595,92</u>	<u>471.643,46</u>

Os adiantamentos de clientes e utentes dizem respeito a valores que os utentes entregam em forma de adiantamento à Instituição, quando são admitidos ou durante a sua estadia por motivos diversos. Por exemplo, sentirem que não têm família de retaguarda e negociarem com a Mesa Administrativa os cuidados de filhos sem autonomia. Estas questões ficam salvaguardadas em atas da Mesa Administrativa.

Os credores por acréscimos de gastos referem-se às remunerações por liquidar e a gastos de energia, água e comunicações referentes a 2022, cujas faturas apenas surgirão em 2023.

## 29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em fevereiro de 2022 teve início a guerra entre a Ucrânia e a Rússia.

O conflito começou com uma grande movimentação militar de tropas russas na fronteira Rússia-Ucrânia, inicialmente de março a abril de 2021 e depois de outubro de 2021 a fevereiro de 2022.



Esta guerra está a provocar a subida generalizada dos preços. Os combustíveis sobem todas as semanas, o que leva a que a Instituição gaste mais para proceder aos transportes dos seus utentes (centro de dia e infância) e para servir os utentes do apoio ao domicílio.


O aumento dos combustíveis, leva ao aumento dos produtos de higiene e limpeza, bem como dos géneros alimentares (Peixe, carne, mercearia, etc.).

O ano 2023 será de bastante preocupação e atenção aos preços de aquisição das matérias-primas, materiais e equipamentos pois há especulação de mercado.


Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta entidade.

Murtosa, 17 de março de 2023

O Contabilista Certificado,

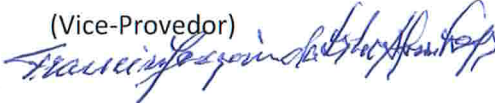
  
(Ana Maria Rodrigues S. Cirne Abreu)

A Mesa Administrativa,

  
(Dr. Manuel Alcêncio da Silva)  
(Provedor)

  
(David António da Silva Carinha)

(Vice-Provedor)


  
(Francisco Joaquim S. Afonso Lopes)

(Secretário)

(Secretário)

  
(António Tavares Sousa)

(Vice-Secretário)

  
(António Joaquim Oliveira da Fonseca)

(Tesoureiro)

(Tesoureiro)

  
(António Maria Vaz)

(Vogal)

  
(Miguel da Silva Alho)

(Vogal)